

Jornalismo e Movimentos Sociais: Lutas Diversas, Coberturas Diferentes¹

Carlos Figueiredo²

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O artigo analisa a cobertura jornalística de dois movimentos sociais: o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, e Transgêneros (LGBT) e o Movimento dos Sem Terra (MST), buscando compreender as diferenças nas formas como os movimentos são retratados. O estudo baseia-se em análises qualitativa e quantitativa da cobertura do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco de momentos importantes para tais movimentos: a parada da diversidade, para o movimento LGBT; e o Abril Vermelho para o MST.

Palavras-chave

Teorias do Jornalismo; Agendamento; Enquadramento; Esfera Pública; Movimentos Sociais

1. Introdução

Os meios de comunicação de massa ampliaram o alcance da informação, dando visibilidade a acontecimentos ocorridos a uma audiência indefinida, distante do fato temporal e espacialmente. Contudo, essa visibilidade não é oferecida livre de filtros. As notícias não apresentam a realidade tal como um espelho. Por mais que o jornalista siga todos os ditames éticos da profissão, ele está inserido dentro de um contexto que envolve o relacionamento com os colegas de profissão, superiores hierárquicos dentro da empresa em que trabalha, fontes e a sociedade em que vive, tornando a objetividade, uma questão de grande discussão dentro dos estudos comunicacionais, diretamente ligada às hipóteses que defendem ou não a tese de que o campo jornalístico reproduz o *status-quo*.

Nesse trabalho procuramos analisar quantitativamente e qualitativamente a cobertura de dois movimentos sociais, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em momentos em que estes aumentam a sua combatividade na defesa de suas reivindicações: a Parada da Diversidade LGBT e o Abril Vermelho, respectivamente. As publicações analisadas aqui são o Diário de Pernambuco (DP) e o Jornal do Commercio (JC) em abril de 2010, para analisarmos a cobertura do MST; e setembro de 2009, quando acontece a Parada da Diversidade no Recife; para analisarmos as notícias envolvendo o movimento LGBT. Ambos os jornais são sediados no Recife.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE).

A parada da diversidade é uma espécie de desfile da militância LGBT, que reivindica de forma descontraída direitos civis como criminalização da homofobia, fim dos preconceitos, reconhecimento da união homoafetiva etc. É um movimento que se enquadra naquelas formas de ação coletiva chamadas de Novos Movimentos Sociais (NMSs), chamados assim para diferenciar estes daquelas formas de ação coletiva que expressavam conflitos de classe, geralmente de caráter sindical, pondo de um lado o capital e do outro o trabalho. O NMSs atuam na luta contra dominações não abarcadas pelos conflitos de classe tradicionais.

Já o MST, assim como outros movimentos latino-americanos, se afastam, segundo Zibechi (2005, p.198), tanto do velho movimento sindical quanto dos novos movimentos sociais dos países centrais. Esses movimentos, ainda de acordo com Zibechi, têm como base ética e cultural três grandes correntes político-sociais nascidas nesta região: as comunidades eclesiais de base, ligadas à teologia da libertação; a insurreição indígena, que possui uma cosmovisão diversa da ocidental; e o guevarismo, que fornece a inspiração revolucionária a esses movimentos. O Abril Vermelho faz parte da “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária”, momento em que o MST aumenta o ritmo de ocupações de terra para lembrar o assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra, no município de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 17 de abril de 1996. O massacre teve repercussão internacional, e o dia em que os militantes do MST foram assassinados se tornou o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária. Apesar das diferenças entre o MST e os movimentos sindicais, o caráter de resistência ao poder do capital e o desejo de mudanças nas estruturas sociais de produção e propriedade os aproximam dos antigos movimentos, uma vez que o latifúndio foi uma das bases da formação econômica brasileira.

As diferenças entre os dois movimentos estudados aqui parecem ser uma das causas das coberturas diversas recebidas pelo MST e pelo movimento LGBT. Contudo, as diferenças são fruto de uma série de fatores que vão das rotinas produtivas da profissão, cultura profissional até a linha editorial da empresa de comunicação de forma que apenas um fator não esgotaria a explicação sobre os enquadramentos que os jornalistas utilizam como ponto de partida para interpretar um determinado acontecimento.

Para analisar o conteúdo midiático, utilizaremos como marco teórico a teoria da produção da notícia (*newsmaking*) que considera as notícias como parte do processo de Construção da Realidade Social, e da teoria do agendamento (*agenda-setting*) que defende a hipótese de que a mídia pode fixar a agenda do público, ou seja, estabelecer o que é

importante e estaria no centro das atenções em relação a ações públicas para uma ampla parcela do público (MCCOMBS, 2006. p.11). Tanto nos períodos próximos ao Abril Vermelho quanto na época em que a Parada da Diversidade LGBT, os dois movimentos entram na agenda midiática, sendo tema de notícias com maior frequência e tendo maior chance de que suas reivindicações entrem na esfera pública. Na análise qualitativa das notícias, utilizamos o conceito de enquadramento (ENTMAN, 1993), que permite a fuga da tríade positivo, neutro e negativo, incapaz de dar conta das ambiguidades e complexidades da produção noticiosa. O conceito de enquadramento (framing) disponibiliza ferramentas para que o pesquisador possa analisar o conteúdo das notícias partindo dos marcos interpretativos empregados pelos jornalistas.

2. Movimentos Sociais, Mídia e Esfera Pública

Os meios de comunicação de massa são uma importante fonte de alimentação da esfera pública, porém estes não são atores ou observadores desinteressados, mas ao mesmo tempo em que produzem um bem público, a informação, precisam por outro lado transformá-la em um bem econômico. E o resultado do equilíbrio entre esses dois polos como Lembra Bourdieu (1997) é frágil. Para dar conta da nossa análise partimos dos conceitos cunhados por Habermas (2003) de Esfera Pública e Modelo Deliberativo de Democracia (HABERMAS, 2002). O conceito de Esfera Pública pode ser compreendido como um espaço de discussão onde os participantes são tratados como iguais, sem distinções de classe e status, sendo permitido o uso público da razão na discussão de questões de caráter político e público.

Habermas (1997, p.107) frisa que os meios de comunicação, juntamente com seus leitores e espectadores, fazem parte da “esfera pública abstrata”. A esfera pública seria composta ainda da “esfera pública episódica”, constituída por cafês, praças etc. onde ocorrem debates ocasionais; e a “esfera pública da presença organizada” (composta por congressos e reuniões de associações).

Uma sociedade civil fortalecida seria a garantia contra deformações na Esfera Pública. Com o seu conjunto de associações voluntárias, atuando de forma independente dos sistemas econômico e político administrativo, a sociedade civil “absorve, condensa e conduz de maneira amplificada para a esfera pública os problemas emergentes nas esferas privadas, no mundo da vida”. (COSTA, 1994, p.44) Dessa forma, de acordo com Costa

(1994, p.44), “através da Esfera Pública, a sociedade civil tenta impedir que o sistema político restrinja seu raio de ação a interesses particularistas”.

Habermas (1997, p.109) reconhece que “para os movimentos sociais, é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que permitem esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicacionais existentes”. O autor alemão considera que os profissionais de comunicação têm grande poder de controlar o acesso de temas e autores à esfera pública, e reconhece que esses “processos de seleção tornam-se fonte de uma nova espécie de poder, ou poder da mídia, o qual não é controlado suficientemente pelos critérios profissionais”, sendo que os atores coletivos encontram dificuldade em penetrar nessa esfera pública mais ampla ao colocarem temas polêmicos em debate (HABERMAS, 1997, p.109 – 110). Entretanto para Habermas (1997, p.113), a perspectiva de uma esfera pública dominada pelo poder midiático é válida apenas em situações de esfera pública em repouso, e não em situações de mobilização, em que o poder de um público que toma posição em relação a determinados temas de debate se faz presente.

O agir comunicativo habermasiano daria lugar a um modelo deliberativo de democracia, em que Habermas (2002) defende a existência de características normativas mais fracas que as do modelo republicano, que preconiza uma participação popular efetiva, assumindo um forte teor antiestatal; e mais fortes que as do liberal, que reduz a expressão popular praticamente apenas ao voto, apresentando uma versão elitista do processo democrático. A ideia de uma democracia deliberativa fundamenta-se, de acordo com Benhabib (1996, p.69) no princípio de que as decisões que afetam o bem-estar de um determinado grupo deve resultar de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados livres e iguais moral e politicamente.

Contudo, Bohman (1996) enxerga dificuldades na deliberação que advém de desigualdades entre cidadãos no que tange aos diferentes níveis de competências cognitivas e de posse de recursos que constroem a participação igualitária nos processos deliberativos. E o acesso a canais de comunicação é um recurso poderoso para dar visibilidade às demandas dos cidadãos. O processo deliberativo torna-se importante, portanto, enquanto procedimento gerador de consensos que cria a obrigação política, uma vez que os cidadãos ao sentirem-se parte do processo de tomada de decisões criam um vínculo ético com sua aplicação.

Os movimentos sociais possuem um importante papel na construção do processo deliberativo dentro das sociedades modernas por trazerem novas questões para o debate público, contestando padrões culturais excludentes em relação a grupos como o GBLT arraigados em amplos setores da população, normas culturais consideradas injustas por minorias etc., dando visibilidade a essas reivindicações. Dessa forma para entender como os movimentos sociais adentram na esfera pública, oferecendo argumentos para discussão durante processo deliberativo, é necessário compreender como as notícias são selecionadas e produzidas.

3. Jornalismo e Construção da Realidade

As teorias de produção de notícias colocam em cheque o discurso de que as notícias são capazes de representar fielmente a realidade tal como um espelho. Uma das pioneiras nessa vertente de estudos, Gaye Tuchman (1979), analisou o cotidiano de jornalistas em redações nos EUA através de uma pesquisa etnográfica, assim como a cobertura jornalística do movimento feminista. Tuchman considera que a cultura profissional e as rotinas produtivas das redações acabam influenciando o conteúdo das notícias, fazendo com que os fatos retratados pelos meios de comunicação de massa sejam narrados a partir de quadros de referência ou enquadramentos.

O trabalho de Tuchman (1979, p.1-2) enfatiza os modos através dos quais o profissionalismo e decisões derivadas desse comportamento são resultado de necessidades organizacionais. Explorando, assim, os processos pelos quais as notícias são socialmente construídas, como ocorrências no mundo cotidiano são transformadas em “histórias” chamadas notícias. A autora sugere as explicações de fatos encontradas nas notícias podem servir de referência para que os consumidores das notícias debatam o significado dos acontecimentos relatados. Dessa forma, as notícias dão “caráter público” às ocorrências, transformando meros acontecimentos em eventos publicamente discutíveis.

Contudo, em primeiro lugar, as notícias são um método institucional de tornar a informação disponível aos consumidores. Segundo, o campo jornalístico para produzir informações precisa do apoio de instituições legitimadas. Por último, a notícia é situada, recolhida e disseminada por profissionais trabalhando em organizações. Dessa forma, a notícia é inevitavelmente um produto moldado por processos e práticas institucionais. (TUCHMAN, 1979, p.4 – 5).

Assim, instituições que não sejam um poder instituído ou não disponham de uma boa estrutura de comunicação terão dificuldade em transformarem seus atos em notícias. Este é o problema enfrentado pelos movimentos sociais, obrigados a realizarem atos que rompam com esperado, a ordem rotineira cotidiana para figurarem no noticiário, e exporem suas reivindicações para um público mais amplo. Ao favorecerem a versão oficial, dos poderes instituídos e dotados de credibilidade, os meios de comunicação de massa reforçariam o “status quo”, de acordo com Tuchman.

Contudo, para entender como o material jornalístico ganha forma é preciso compreender os critérios de seleção de informações e valores jornalísticos que animam os profissionais do campo. De acordo com a tipologia proposta por Gans (1980, p.41), os valores jornalísticos podem ser divididos em valores perenes (Enduring Values) e valores efêmeros (Topical Values). Este último tipo de valores é expresso em opiniões sobre temas ou tópicos em voga no momento em que são vocalizados pelo campo jornalístico, seja um pacote econômico, uma figura política, ou uma nova tendência; já os valores perenes podem ser encontrados em diferentes tipos de coberturas jornalísticas por um longo período de tempo.

Os valores perenes não são eternos e podem sofrer mudanças com o passar dos anos. Gans (1980, p.42) considera que os valores perenes podem ser agrupados em oito grupos: etnocentrismo, democracia altruística, capitalismo responsável, pastoralismo de cidade pequena, individualismo, moderação, ordem social e liderança nacional. A análise se deterá àqueles valores considerados importantes para nosso estudo.

O valor da “democracia altruística” está ligado à forma como os jornalistas cobrem a política. Na visão jornalística, a política em um país democrático deve seguir o curso do interesse e do serviço público. Ações de políticos ou grupos baseadas em interesses estreitos ou pessoais serão retratadas como um desvio de como a política deveria ser. Já o regime econômico ideal para os jornalistas, de acordo com Gans (1980, p.46), seria o “capitalismo responsável”. O crescimento econômico, nessa visão, é sempre um fenômeno positivo a não ser que acarrete consequências como inflação ou poluição do meio ambiente. O individualismo também é um valor sustentado pelas notícias, mas não qualquer individualismo. O noticiário como destaca Gans (1980, p.50) apresenta uma sociedade povoada por indivíduos ideais que participam como cidadãos, buscando o bem comum, mas em seus próprios termos.

Outro valor perene, defendido pelos jornalistas, que serve para, de certa forma, para moderar os excessos do individualismo pregado por rebeldes ou pessoas que propõem desvios do que é moralmente aceito pela cultura jornalística é a “moderação”. Grupos considerados extremistas tendem também a serem retratados de forma negativa. A oposição polarizada é suspeita, enquanto soluções moderadas são celebradas, uma forma de manter a controvérsia dentro de certos parâmetros. Esse valor se aplica à política e movimentos sociais. Já a “ordem moral” não é defendida enquanto valor através de matérias demonstrando exemplos morais dominantes, mas é reforçada por matérias sobre a desordem e a ruptura. Por isso, a disrupção, o imprevisível, e o anormal são valorizados na seleção de notícias. Não como uma apologia, mas como algo que deve ser evitado. Assim, o campo jornalístico constrói uma noção de moralidade para as audiências. (GANS, 1980, p.62).

Movimentos de mudança radical da sociedade liderados por indivíduos que não comungam dos valores prezados pelos jornalistas dificilmente receberão uma cobertura favorável. Se o grupo social desafiar uma ordem social considerada democrática ou ideal, de acordo com o credo jornalístico, tende a sofrer duros ataques. O Movimento dos Sem-Terra (MST) que prega uma mudança estrutural na sociedade brasileira, tocando na sensível questão agrária, é visto algumas vezes como um grupo radical.

O noticiário positivo em relação ao movimento LGBT é fruto da boa articulação do grupo, mas também do caráter de luta por direitos civis, como liberdade de escolha, o direito de não ser discriminado etc., ou seja, direitos individuais, que são legítimos e propõem uma mudança cultural profunda na sociedade brasileira, mas não indicam uma mudança na estrutura produtiva da sociedade, e tampouco seus participantes são obrigados a tal atitude. É importante destacar que a luta por direitos e cidadania do movimento LGBT é, como define Dagnino (2004, p.81), uma estratégia política, expressando “um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda sociedade”.

Para analisarmos os processos através dos quais os jornalistas fornecem esquemas interpretativos dos fatos, nós trabalhamos com o conceito de enquadramento (framing) de Entman³ (2010, p.336) que é “o processo de coleta de uns poucos elementos da realidade percebida e sua reunião em uma narrativa que destaca conexões entre esses elementos para promover uma interpretação particular”. O enquadramento desempenha quatro funções: definição do problema, análise causal, julgamento moral e resolução. De acordo com

³A teorização de Entman tem origem no conceito de Goffman (1974) de *Framing* que são referências de ação socialmente aceitas utilizadas pelos indivíduos todas as vezes que eles se deparam com determinada situação.

Entman (1993, p.5), o ato de utilizar determinados enquadramentos tem como objetivo moldar e alterar interpretações e preferências da audiência ao introduzir ou destacar a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam as audiências a pensar, sentir e decidir de uma maneira particular.

Ao enquadrarem determinado fato, os jornalistas lançam mão de determinadas definições da situação para tratar de um tema. Tais definições estão imersas na cultura e rotinas profissionais, nas expectativas em relação à audiência e nas próprias representações sociais comuns entre o público. Entman (2010) analisando a parcialidade na cobertura política de meios de comunicação norte-americanos, percebeu que grande parte desse fenômeno deve-se a essas definições das situações utilizadas pelos jornalistas para “enquadrar” os fatos, gerando inclinações (bias) nas notícias, favorecendo e dando saliência a uma interpretação em detrimento de outras explicações alternativas.

Essas observações fizeram Entman chegar à conclusão de que para um agente político receber uma cobertura de seus atos enquadrados positivamente, deve adequá-los aos valores jornalísticos. Ou seja, os agentes políticos devem enquadrar seus atos de forma que o campo jornalístico os encare de forma positiva, levando à noção de Pan e Kosick (2001) de enquadramento como ação estratégica. Os agentes políticos, dessa forma, ingressam na arena deliberativa com o objetivo de que seus argumentos sejam enquadrados pelos agentes do campo jornalístico de forma positiva, já que estes fazem um trabalho de mediação entre os agentes políticos e o público mais amplo.

Entretanto, esta disputa argumentativa se dá entre contendores com uma diferença enorme de estoque de poder e capital simbólicos, o que torna essa luta desigual. Ainda, que um enquadramento negativo possa ser rejeitado pelo público, grande parte dos receptores continuam a depender dos *media* para conhecer os argumentos de determinados atores coletivos como o MST. Dessa forma atores mais bem posicionados dentro das estruturas de poder, acabam desequilibrando a disputa argumentativa na esfera pública.

4. Esfera e Agenda Públicas

Uma das formas de aferição da presença de um discurso dentro da esfera pública é a chamada teoria do agendamento (*agenda-setting*). O primeiro estudo dentro dessa corrente de pesquisa (McCOMBS e SHAW, 1972) chegou à conclusão que a agenda de discussão dos temas mais importantes apresentada pelos meios de comunicação apresenta grande correlação com a agenda das questões consideradas relevantes por membros do público. Ou

seja, os meios de comunicação possuem, no mínimo, a influência de atuar na definição dos problemas a serem discutidos e passíveis de tornarem-se fruto de deliberação pública.

Estudos posteriores dentro do paradigma do agendamento, levaram ao segundo nível da agenda que consiste em como os meios percebem e entendem os detalhes e atributos dos assuntos agendados, podendo influenciar o público nesse aspecto (McCOMBS, 2006, p.18). Este segundo nível constituiria a estratégia inicial para mensurar as consequências da influência dos meios de comunicação como fixadores da agenda da agenda nas atitudes, opiniões e comportamentos. A teoria do agendamento passa a estudar também a transferência de saliência dos atributos dos objetos agendados. (McCOMBS e SHAW, 1993, p.62).

Para nossa análise de agendamento e enquadramento dos movimentos estudados, escolhemos os períodos de maior atuação de ambos os movimentos, pois consideramos serem momentos em que suas reivindicações e ações estariam em maior evidência na esfera pública, sendo assim agendados pelos meios de comunicação. Foram de análise de conteúdo 647 matérias dos cadernos Vida Urbana do DP e Cidades do JC, durante o mês de setembro de 2009 quando aconteceu a parada da diversidade. O movimento GBLT foi abordado em 15 matérias (2,32%), concentradas nos dias e nas semanas que antecederam a parada da diversidade. Já durante Abril de 2010 quando aconteceu o Abril Vermelho, 658 matérias jornalísticas foram analisadas, e encontrados nove textos (1,37%) sobre o MST.

Cobertura Movimento GBLT 2009

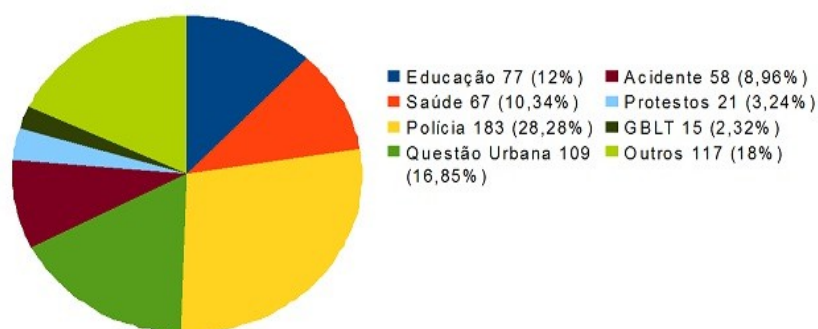


Figura 1 – Composição do Noticiário em Setembro de 2009

Contudo, percebemos que, apesar de serem os meses onde surgem com maior saliência na cobertura, possuem pouca presença entre os temas publicados. Os movimentos estudados ganham mais ênfase na agenda pública durante os meses em que ambos colocam

suas reivindicações de forma mais enfática. No mês de Abril de 2010, quando acontece o Abril Vermelho, houve apenas uma menção à temática Gay. O MST também foi mencionado também apenas uma única vez durante o mês de setembro de 2009, quando aconteceu a parada da diversidade. Números estatisticamente insignificantes, e por esse motivo o MST, em setembro de 2009, e o movimento GLBT, em Abril de 2010, entraram na categoria “Protestos”, em que incluímos qualquer tipo de ação coletiva contestatória. Comparando as coberturas de ambos os movimentos nos meses analisados, podemos afirmar que em Abril de 2010, o MST tem mais chances de figurar na agenda pública, a mesma conclusão pode ser aplicada para o MST em setembro de 2009.

Curiosamente, as ações de ambos os movimentos sociais são tratadas, tanto no JC como no DP, nas editorias responsáveis por notícias ligadas ao cotidiano urbano. Esse cotidiano é retratado como violento, conclusão tirada a partir da grande saliência dos temas policiais em ambos os meses analisados. A grande presença de temas policiais é decorrente também do fato que a quebra da ordem e da normalidade são consideradas altamente noticiável pelos jornalistas. Os “Acidentes” sejam de trânsito, no trabalho, ou em outras situações possuem forte chance de tornarem-se notícias pelo mesmo motivo.

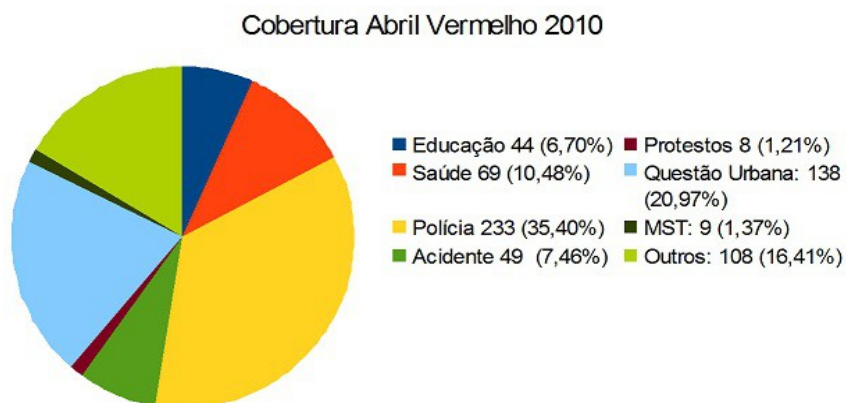


Figura 2 – Composição do Noticiário em Abril de 2010

Na categoria “Questão Urbana”, foram agrupados temas como mobilidade, limpeza da cidade, saneamento e tudo aquilo ligado à infraestrutura urbana. Esses temas obtiveram 109 (16,85%) registros em setembro de 2009 e 138 (20,97%) em Abril de 2010. Embora “Educação” e “Saúde” possam ser considerados problemas urbanos, preferimos colocar esses temas em categorias à parte, pois em grande parte das vezes são tratados de forma universal, não restritos ao mundo urbano. A categoria “Outros” é residual e agrupa temas estatisticamente insignificantes. Interessante notar que em muitos momentos, os

movimentos são enquadrados como questões ou problemas da cidade, como nos casos em que a parada da diversidade é enquadrada como uma festa; um evento da cidade, ou em que os protestos do MST são encarados como um obstáculo ao funcionamento do trânsito.

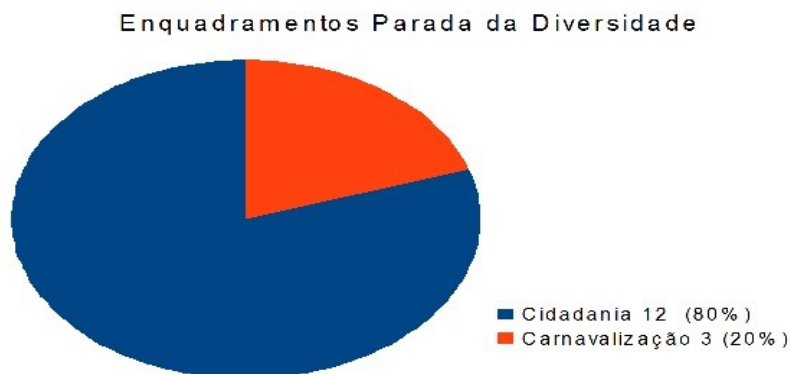


Figura 3 – Enquadramentos Parada da Diversidade

No caso do movimento LGBT, o enquadramento ou marco interpretativo preponderante foi o que chamaremos aqui de “enquadramento da cidadania” correspondendo a 12 (80%) entre as 15 matérias analisadas em setembro de 2009, dando espaço a reivindicações por direitos como a liberdade de escolha sexual, união homoafetiva entre outras questões. As matérias cujo enquadramento predominante é o da “Carnavalização”, em que sobressai a interpretação da parada da diversidade como uma festa, um evento urbano, aparecem 3 (20%) vezes. Mas mesmo em uma das matérias enquadradas a partir desse marco interpretativo, há espaço para o discurso da cidadania. Como na matéria “Recife se Enfeita para a Festa Gay”, em que um militante do movimento lembra que a festa é uma forma de expressão política.

A quatro dias da 8ª edição da Parada da Diversidade do Recife, dois hotéis da Zona Sul exibem nas fachadas bandeiras com as cores do arco-íris, símbolo do movimento gay. O tecido colorido avisa aos hóspedes que, naqueles estabelecimentos, lésbicas e gays são bem acolhidos. “Temos o selo Friendly, lançado ano passado pelo Conventions & Visitors Bureau para marcar empresas receptivas a esse público”, diz o empresário José Otávio Meira Lins, dono dos Hotéis Mar Olinda Cult (Pina) e des Arts (Boa Viagem), que estampam as bandeiras desde a semana passada.

(...)

Rildo Veras, representante do Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros de Pernambuco (LGBT/PE), que organiza a Parada da Diversidade, esclarece que o evento tem caráter mais político e social do que festivo. “A festa é o formato que encontramos para levar o assunto às ruas e conquistar o apoio da sociedade”, diz ele. (RECIFE, 2009)

Os NMSs, como o GBLT, devem ser entendidos de acordo com Santos (2005, p.175), em torno de dois eixos: a relação entre regulação e emancipação e entre subjetividade e cidadania. Tais atores coletivos questionariam os movimentos de emancipação que omitiram outras formas de opressão não abarcadas na relação capital/trabalho, não prestaram atenção a elas, ou simplesmente compactuaram com elas (SANTOS, 2005, p.177).

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra reivindica uma mudança profunda na estrutura da sociedade e usa estratégias de inserção na esfera pública que vão de encontro não só à visão majoritária dos jornalistas de como o mundo social deve funcionar, mas também ao interesse de grupos com maior poder de penetração nos meios de comunicação como o poder estatal e econômico. A estratégia do MST baseia-se majoritariamente em eventos cujo conteúdo é disruptivo, levando os jornalistas a tratarem o movimento como um gerador de problemas urbanos. Os enquadramentos identificados na análise da cobertura do “Abril Vermelho” foram três, cada um contando com 3 (33,3%) registros: o da “criminalização”, quando os Sem-Terra são tratados como invasores de terra, o enquadramento do “transtorno”; quando os protestos do MST são encarados como um obstáculo ao funcionamento da cidade; e o enquadramento da “Luta”, nas matérias em que o movimento é reconhecido como um sujeito coletivo em busca de direitos.



Figura 4 – Enquadramentos Abril Vermelho

No enquadramento do transtorno, o viés majoritário das matérias são sempre os transtornos sofridos pelo considerado “cidadão comum”, obrigado a voltar de ônibus para casa e a enfrentar um trânsito caótico por causa das manifestações do MST como pode ser

verificado em matérias como “MST invade o Recife e trânsito fica caótico” publicada pelo JC no dia 20 de abril de 2010, “Sem-Terra ocupam a sede do Incra” e “Cidade refém de protesto mais uma Vez” , ambas publicadas pelo DP no mesmo dia. Contudo, todas as matérias acabam citando o motivo dos “transtornos” causados pelas ações reivindicatórias.

A justificativa para parar a cidade na manhã de ontem e prejudicar milhares de pessoas que não tinham relação com a causa, é que os líderes dos Sem-terra querem que o estado promova o assentamento de 90 mil famílias, recupere o orçamento de R\$ 1,5 bilhão para a reforma agrária e atualize o índice de produtividade de áreas suscetíveis à desapropriação. Segundo as lideranças do MST, as reivindicações foram discutidas em agosto do ano passado e, até agora, não foram postas em prática. Participaram das manifestações no Recife, que fazem parte da jornada nacional Abril Vermelho, cerca de 2,4 mil pessoas. (SEM-TERRA, 2010)

Outro enquadramento recorrente é o da “criminalização”, expresso no uso majoritário da palavra “invasão” em detrimento de “ocupação”, principalmente nos títulos das matérias que são a primeira orientação interpretativa recebida pelo leitor acerca do tema discutido na matéria. Invasão expressa o ato de adentrar território alheio, já ocupação teria sentido diverso, o significado de ocupar um espaço vazio sem uso social. Esse enfoque pode ser observado nas matérias como “MST invade oito propriedades no Estado” e “MST invade mais 7 propriedades em Pernambuco” , publicadas pelo JC nos dias 12 e 13 de abril de 2010, respectivamente. Os enquadramentos utilizados pelos jornalistas para oferecer um marco interpretativo ao público em relação aos movimentos sociais, principalmente em relação àqueles grupos que reivindicam mudanças na estrutura de propriedade ou de produção da sociedade, mostram a dificuldade encontrada por esses atores coletivos de tematizarem suas reivindicações na esfera pública.

5. Conclusão

Como mostram os enquadramentos utilizados como marcos de interpretação dos jornalistas, e a saliência dada a estes nos casos estudados, a questão sobre os meios de comunicação defenderem o status quo, restringindo a circulação de discursos alternativos na Esfera Pública, é ambígua. O movimento LGBT encontra maiores facilidades em ser retratado de forma positiva na agenda midiática por características inerentes ao direitos pelos quais luta, de natureza civil. O MST encontra dificuldades, principalmente pelo fato de os direitos reivindicados por esse grupo serem direitos sociais que exigem mudanças estruturais na sociedade, precisando conseguir acesso à esfera pública abstrata de forma disruptiva. Embora, em algumas oportunidades possa ser tratado de forma positiva.

Entretanto, sabemos que essa análise inicial precisa ser refinada com um acompanhamento mais sistemático das ações desses movimentos

Telles (2004, p.91) toma “os direitos como práticas, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam”. A comunicação é um processo e uma prática social que, por excelência, deveria contemplar a cidadania. Todavia, questões como a propriedade dos meios de comunicação e concessões precisam ser resolvidas antes que pensemos em uma esfera pública mais justa onde todos os participantes possam colocar seus argumentos no debate sem distorções ou condição de inferioridade.

Ainda que encarando dificuldades, os movimentos sociais conseguem com suas ações um espaço na Esfera Pública mais ampla, uma vez que apesar de os meios de comunicação de massa dominarem grande parte da Esfera Pública, eles não controlam todas as instâncias desse âmbito onde os problemas são tematizados. Os movimentos sociais não apenas colocam novos problemas na agenda pública com sua militância, mas também transmitem uma visão alternativa do que é a política.

6.Referências

BENHABIB, Seyla. Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy. In: BENHABIB, Seyla (Org). **Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political**. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 67-94

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

BOHMAN, James. **Public Deliberation. Pluralism, Complexity and Democracy**. Massachussets: MIT, 1996.

COSTA, Sérgio. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Uma Abordagem Tentativa. **Novos Estudos**. n.38, mar 94. p.38-52

DAGNINO, Eveline. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. In: DAGNINO, Eveline (Org.) Anos 90. **Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.81-90.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**. n.43, v.4. 1993. p.51-58

ENTMAN, Robert. Framing Media Power. In: D'ANGELO, Paul e KUYPERS, Jim A. **Doing News Framing Analysis. Empirical and Theoretical Perspectives**. New York/ London: Routledge, 2010.

GANS, Hebert J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Times**. New York: Vintage Books, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis. An Essay of Organization of Experience.** University Press of New England: Boston, 1974.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Volume II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança Estrutural na Esfera Pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MCCOMBS, Maxwell. **Estableciendo la Agenda. El Impacto de los Médios en la Opinion Pública y en Conocimiento.** Barcelona: Paidós Comunicacion, 2006

MCCOMBS, Maxwell e GRAHNEM, Salma I. The Convergence of Agenda-Setting and Frame. In: REESE, Stephen D., GANDY JR, Oscar H. E GRANT, August E. (Eds). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World.** Mahwah/ London: Lea, 2001. p. 67-81.

MCCOMBS, Maxwell E. e SHAW, Donald L.. The Agenda - Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quartely**, nº 36, p.176 – 187, 1972

MCCOMBS, Maxwell E. e SHAW, Donald L. The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty Five Years in the Marketplace of Ideas. **Journal of Communication**. n.43 v.2, 1993. p.58-67.

PAN, Zhongdang e KOSICKI, Gerald M. Framing as Strategic Action in Public Deliberation. In: REESE, Stephen D., GANDY JR, Oscar H. E GRANT, August E. (Eds). **Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World.** Mahwah/ London: Lea, 2001. p. 35-66.

RECIFE se enfeita para festa gay. **Jornal do Commercio**. Recife 16 de Setembro de 2009. Disponível em http://jc3.uol.com.br/jornal/2009/09/16/not_347040.php Acesso em 15 de julho de 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Novos Movimentos Sociais. In: LEHER, Robert, SETÚBAL, Mariana (Orgs). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma Nova Práxis.** São Paulo: Cortez, 2005. p.174-189.

SEM-TERRA estão acampados na sede do Incra. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de Abril de 2010. Vida Urbana. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/04/20/urbana1_2.asp. Acesso em 17 de julho de 2010.

TELLES, Vera Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. In: DAGNINO, Eveline (Org.) Anos 90. **Política e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004. p.91-92

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality.** New York/ London: The Free Press, 1978.

ZIBECHI, Raúl. Os Movimentos Latino-americanos: Tendências e Desafios. In: LEHER, Robert, SETÚBAL, Mariana (Orgs). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma Nova Práxis.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 198-207